

“Educai com Deus, Instruí com Deus”: O Ideal Religioso na I Conferência Nacional de Educação (1927)

"Educate with God, Instruct with God": The Religious Ideal at the I National Conference on Education (1927)

Camilla Cristina Zanquetta Cardozo¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar e problematizar a relação entre a concepção religiosa e educação presente nas teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação (1927), evento nacional promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE). Descrevendo brevemente o histórico do ensino religioso nacional e o projeto educacional proposto pela ABE, este trabalho utiliza como fonte as atas da associação, bem como as teses apresentadas na I CNE. Deste modo, foi possível verificar a resistência que os grupos ligados a Igreja Católica mantiveram, promovendo discursos em prol da moral religiosa na tentativa de intervir na educação nacional.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Educação; Ensino Religioso; Discurso Educacional.

Abstract: This present work aims to analyze and problematize the relationship between religious conception and education found in the theses presented at the First National Education Conference (1927), a national event organized by the Brazilian Association of Education (ABE). Briefly describing the history of national religious education and the educational project proposed by ABE, this study uses the association's minutes as well as the theses presented at the First CNE as sources. In this way, it was possible to observe the resistance that groups affiliated with the Catholic Church maintained, promoting discourse in favor of religious morality in an attempt to intervene in national education.

Key words: Brazilian Association of Education; Religious Education; Educational Discourse.

1. Introdução

Desde os primórdios da colonização do Brasil, a Igreja Católica desempenhou um papel proeminente, impondo certos ritos e práticas religiosas, dada a crescente preocupação da época em relação à conversão de novos adeptos ao catolicismo. No entanto, a Igreja Católica não se limitava apenas a aspectos religiosos, mas também exercia influência nas

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior. Integra o Grupo de Pesquisa: “História da Educação: sujeitos, instituições e práticas (Brasil, séculos XIX-XX)”. camillazanquetta@usp.br

esferas políticas, assumindo, em diversas ocasiões, funções que normalmente caberiam ao Estado.

Ao longo dos tempos, a inserção da religião no âmbito educacional tem sido um tema amplamente debatido especialmente durante períodos de reformas na educação. O Ensino Religioso, em particular, não escapou dessas discussões. A partir da promulgação da Constituição Republicana em 1981, foi estabelecido o princípio da separação entre Igreja e Estado, instituindo-se, assim, um ensino público laico, ou “leigo”, na terminologia da época. Desse modo, a Igreja Católica perdeu sua posição privilegiada quando o Estado adotou um caráter laico, surgindo a necessidade de criar outras oportunidades para a sua inserção social. Desde então, a relação entre religião e educação tem buscado trilhar novos caminhos visando à sua efetivação.

O discurso republicano e modernizador que se desenvolveu entre o fim do século XIX e início do XX, acarretou a constituição de grupos pertencentes a uma elite intelectual, que se propuseram a pensar a educação como um caminho para afirmar a nacionalidade brasileira, dedicando-se ao que consideravam elevar o país cultural e economicamente. Não obstante, para muitos intelectuais essa educação e preparo para a cidadania deveria vir acompanhada de uma direção moral, formada pela religião. Dessa forma, a laicidade proposta pela primeira Constituição Republicana não obteve uma conquista plena no período compreendido entre 1889 e 1930, denominado República Velha. A influência do catolicismo no Brasil ainda se fazia muito presente, fazendo com que os discursos proferidos em prol da religiosidade na educação não fossem retirados dos espaços públicos.

Desse modo, este trabalho objetiva analisar as teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação, evento de âmbito nacional promovido pela Associação Brasileira de Educação, em 1927 na cidade de Curitiba, de modo a verificar a interferência católica na veiculação do discurso moral, e sua relação com as propostas educacionais para a efetivação de uma nação, segundo seus autores, como moderna e desenvolvida. Para tanto, serão utilizadas como fontes as atas da associação, bem como as teses apresentadas na I CNE.

As teses apresentadas na I CNE possibilitaram a visualização de como alguns intelectuais do período pensavam o ensino, a questão da religiosidade, da moral, e qual era a política educacional intencionada por eles. Para tanto, será empregada a pesquisa histórico-documental, visando a compreensão do pensamento a respeito da educação da época em relação à educação e ao país.

2. Ensino Religioso no Brasil

Em brevíssima síntese, no Brasil colonial, a ordem religiosa católica denominada Companhia de Jesus surge com o propósito da difusão da religiosidade cristã, criando as primeiras escolas elementares, secundárias, seminários e missões. Os jesuítas promoviam, por meio dos ensinamentos religiosos, a aceitação aos costumes e à cultura dos colonizadores portugueses. Nesse sentido, o ensino religioso representava-se como uma doutrinação. Em 1759, os jesuítas são expulsos por Sebastião de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. (CARVALHO, 2001).

Ainda que após a expulsão dos jesuítas fosse suposto começar uma lenta secularização do ensino, em 1824, na Constituição Imperial, foi dado continuidade ao regime português de padroado, em que a Igreja Católica e o Estado, ou o Império, estabeleciam uma aproximação política, financeira e ideológica. O catolicismo ficou estabelecido como a religião oficial do Estado e as demais eram proibidas de manifestar-se publicamente. De acordo com Fischmann (2008, p. 49) “a afirmação de uma religião oficial única, restringia e constrangia os que tivessem outra fé ou culto, a exercê-lo em “casas sem forma algum exterior” de templo. Era um “avanço”, comparando ao que era vivido no período do Brasil Colônia, mas longe de

representar liberdade de culto”. Desta forma, no âmbito educacional, o ensino do catolicismo fazia parte do currículo das escolas públicas e seus professores necessitavam professar a religião oficial do Estado.

Com a Proclamação da República, em 1889, a associação entre Estado e Igreja sofreu intensas modificações. A separação entre eles foi determinada pelo regime republicano recém instaurado na Constituição de 1891, que teve forte influência do positivismo. O ensino da religião nas escolas públicas foi substituído pela disciplina moral, que tinha como objetivo transmitir e induzir nas novas gerações os valores republicanos.

3. Associação Brasileira de Educação

No Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930, não apenas a esfera política passou por uma reestruturação profunda, mas também a educação se tornou objeto de interesse público e foco de debates intensos. Os intelectuais do período lideravam discussões sobre o novo e moderno, buscando promover e defender suas visões sobre a educação e seu papel na sociedade. Segundo Carvalho (1998, p. 22), o conceito de “novo”, presente nos discursos e muito frequente no campo educacional, apresentava três acepções: 1) incorporação de reformas educacionais que promovessem uma nova sociedade, cujos valores, forjados especialmente pela escola, restaurariam a paz e trariam as condições necessárias para a modernização do país e para a concretização dessa nova civilização; 2) a conformação do sistema escolar às demandas da sociedade industrial; 3) a unificação do sistema escolar que, gerido pelo setor público, todavia seria conduzido pelas elites. Desse modo, a educação era vista como um instrumento não só para a melhoria nas condições de vida dos brasileiros, mas para a condução do país ao progresso, mediante a elevação cultural, social e política de seu povo.

Na década de 1920, utilizava-se a expressão "instrução" para se referir ao órgão responsável pela educação dos governos, identificado como "diretoria da instrução pública". Posteriormente, o termo foi substituído por "educação", quando, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Assim, a expressão educação passou a compreender o conceito de instruir e educar (HOELLER, 2014, p. 62).

As escolas primárias eram locais estratégicos que, baseados nos ideais de modernidade, moldariam o cidadão republicano e preparariam as próximas gerações para o progresso. Cabia à escola instruir não somente conteúdos escolares, mas também educar hábitos de higiene, saúde, civismo, nacionalismo e valorização do trabalho. Educar possuía um sentido mais amplo, significando um conjunto de atitudes que deveria estar presente no comportamento do professor e dos alunos em todos os momentos, ultrapassando o espaço escolar. Para os intelectuais do período, regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. (CARVALHO, 2003, p. 14).

A partir dessa conjuntura, pela ação de um grupo de intelectuais que se propuseram a pensar as questões educacionais e que, de alguma forma, tinham destaque no cenário político brasileiro, surge, em 1924, a Associação Brasileira de Educação (ABE). Sua atuação foi estratégica, pois conseguiu reunir profissionais de diversas áreas, discutindo e propondo ações de intervenção no sistema de ensino. Apesar das diferenças, todos se firmavam sobre a tríplice base: moral, higiênica e cultural. Tinham o interesse em “promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas que tendam, direta ou indiretamente, a esse objetivo” (ABE, Estatuto, 1924/1925). Nas palavras de Carvalho (1998), podemos compreender que,

na ABE, um grupo de intelectuais se auto-representou como “elite” que se auto-incumbiu de organizar o país. Construiu, portanto, representações de seu outro – o “povo” – que programou moldar segundo seus desígnios particulares. Nessas encenações – no intertexto discursivo em que se produzem – uma realidade aparece como situação a ser transformada. Resgatar esse modo de aparecer é fundamental para compreender como, historicamente, certas representações puderam ser avançadas como “verdades” moldando projetos de ação política. (CARVALHO, 1998, p. 39).

Decorrente do contexto político, no interior da associação, também foi possível verificar a existência de dois projetos nacionalistas que entraram em disputa: católicos e leigos².

Para os intelectuais católicos, liderados por Fernando Magalhães, os objetivos do regime republicano em vigor estavam alheios a tradição cristã e católica, o que acreditavam ser um dos fatores para a crise brasileira. Na visão deles, era necessário educar sem deixar de lado os princípios da igreja, aproximando fé e razão. Para os intelectuais contrários a essa ideologia, liderados por Ferdinando Laboriau, a educação deveria ser laica, gratuita e obrigatória, baseando-se em conhecimentos das ciências, sobretudo, da psicologia e a biologia.

De acordo com Carvalho (1998, p.61), é possível dizer que, o primeiro grupo privilegiava "a ordem como condição para progresso e que, o segundo, o progresso como meio mais eficaz de garantir a ordem.". Contudo, essa oposição entre católicos e leigos não deve ser analisada como um movimento que se divide em campos totalmente opostos. Mesmo conservando inspirações ideológicas distintas, tanto os intelectuais católicos, como os leigos, “mantinham como denominador comum o empenho na moralização dos costumes, proposta como obra de civismo” (CARVALHO, 1998, p. 60), além do entendimento sobre a necessidade de um movimento educacional renovador.

4. Conferências Nacionais de Educação

Com o intuito de disseminar e solidificar seus interesses, a ABE se propôs a organizar uma série de cursos, palestras, semanas de educação e conferências nacionais de educação. A partir de 1927, passam a ser realizadas Conferências Nacionais de Educação (CNEs), eventos de grande prestígio e que repercutiam nacionalmente. A intenção era ampliar as discussões educacionais para além do eixo Rio - São Paulo. Em reunião do Conselho Diretor da ABE, configura-se a ideia inicial da Conferência:

1º - A unidade nacional; a) pela cultura literária; b) pela cultura cívica; c) pela cultura moral. 2º A uniformização do ensino primário, nas suas ideais capitais, mantida a liberdade de programas. 3º A criação de Escolas Normais Superiores, em diferentes pontos do país, para preparo pedagógico. 4º A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. (ABE, ATA DO CONSELHO DIRETOR, 21 SESSÃO, 1927).

Esses eventos representavam um espaço onde seriam pensadas questões educacionais, buscando elaborar, com a contribuição de diferentes intelectuais, um projeto educacional para o país seguindo o ideário de fundação da ABE. A proposta de educação da ABE nas primeiras CNEs foi resultado de aproximadamente três anos de debates a respeito do que consideravam ser os problemas nacionais e, principalmente, as formas como resolvê-los.

As CNEs não se destinavam exclusivamente a professores, mas a educadores em geral, tanto pela questão da formação como pelo desejo de atingir outros interessados pelo tema da

² O termo “leigo” era o utilizado naquele momento, correspondendo, de certo modo, ao que atualmente é denominado “laico”.

educação. A ABE convidava representantes dos Estados, das embaixadas e particulares para que redigissem teses para as CNEs. As teses, assim denominadas nos pareceres, correspondiam aos trabalhos apresentados pelos conferencistas, que deveriam seguir o tema determinado pelo Conselho Diretor e a norma estabelecida no estatuto, de que “nenhuma tese que envolva controvérsia partidária ou religiosa será levada a plenário” (ABE, Estatutos, 1926). De acordo com Valério (2013, p.55),

Os procedimentos adotados pelas CNEs para organização, seleção das teses, organização e hierarquização dos temas, mostram que esses eventos se constituíram como um processo composto mais de continuidades que de rupturas que implicassem a alteração no seu formato e na condução dos trabalhos.

Assim, a ABE representava um lugar estratégico para quem pretendesse ter influência no futuro da educação brasileira. Ligados direta ou indiretamente à associação, muitos participantes das CNEs ocupavam destacadas posições profissionais e sociais, além de cargos públicos de prestígio, que sustentavam discursos “autorizados” em prol da mobilização social para a “cruzada cívica” (CARVALHO, 1998). Faziam uso dessas posições, de suas habilidades retóricas e textuais, do engajamento político e de redes de sociabilidade para divulgar projetos e difundir ideologias.

Na documentação da ABE, de acordo com Vieira (2019), fica evidenciado a preocupação da associação de eleger o Estado como seu principal interlocutor.). A partir dos debates promovidos nesses eventos, as teses seriam difundidas em âmbito nacional para serem, desejavelmente, absorvidas em políticas públicas do Estado. Este, por sua vez, ao aprovar e financiar as propostas da ABE, receberia o apoio da sociedade civil em sua efetivação e condução.

Ao todo foram realizadas 13 CNEs em diversas cidades brasileiras, conforme quadro:

Quadro 1 - CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO REALIZADAS PELA ABE

CNE	ANO	LOCAL	PRESIDÊNCIA	TEMA
1ª Conferência Nacional de Educação	1927	Curitiba	Lisímaco Ferreira da Costa	Organização nacional do ensino primário.
2ª Conferência Nacional de Educação	1928	Belo Horizonte	Fernando Magalhães	Ensino secundário.
3ª Conferência Nacional de Educação	1929	São Paulo	Aloisio de Castro	Ensinos secundário, primário e profissional; educação sanitária/ Contribuição para o Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas/ Manifesto dos Pioneiros
4ª Conferência Nacional de Educação	1931	Rio de Janeiro	Fernando Magalhães	Diretrizes para a educação popular.
5ª Conferência Nacional de Educação	1932	Niterói	Mario B. Lourenço Filho	Elaboração do anteprojeto de organização nacional da educação.
6º Congresso Brasileiro de Educação	1934	Fortaleza	Joaquim Moreira de Sousa	Organização geral do ensino no país/ Artes Populares.
7º Congresso Brasileiro de Educação	1935	Rio de Janeiro	General Newton Cavalcanti	Educação física.

8º Congresso Brasileiro de Educação	1942	Goiânia	José Augusto Bezerra de Medeiros	A educação primária: objetivos e organização/ Educação rural.
9º Congresso Brasileiro de Educação	1945	Rio de Janeiro	Raul Jobim Bittencourt	Conceito de educação democrática.
10ª Conferência Nacional de Educação	1950	Rio de Janeiro	José Augusto Bezerra de Medeiros	Conferência convocada com o objetivo de obter sugestões para a Lei de Diretrizes e Bases (LDB).
11ª Conferência Nacional de Educação	1954	Curitiba	J. E. do Prado Kelly	Financiamento dos sistemas públicos de educação.
12ª Conferência Nacional de Educação	1956	Salvador	Marechal Mario Travassos	Contribuição da escola à compreensão e à utilização das descobertas científicas. Os processos da educação democrática nos diversos graus de ensino e na vida extraescolar.
13ª Conferência Nacional de Educação	1967	Rio de Janeiro	*não consta	Educação para o Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

FONTE: Elaborado pela autora a partir de fontes do Arquivo Carmen Jordão.

Em dezembro de 1927, teve lugar a Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE), realizada na cidade de Curitiba. O propósito da conferência era conceber um sistema educacional alinhado com a realidade nacional, um sistema a partir do qual seria moldado o cidadão essencial para o avanço da nação. Durante o evento foram expostas 112 teses que abordaram temas importantes para a educação da época, entre eles a instrução religiosa e a natureza não secular do ensino. Com a realização da I CNE, iniciou-se uma ampla discussão sobre os horizontes da educação brasileira

5. Discurso moral e religioso na I Conferência Nacional de Educação

Desde a fundação da ABE, alguns membros da associação atuaram para ampliar a influência religiosa na educação brasileira, por isso criaram uma série de organizações paralelas a igreja, geridas por leigos. De acordo com Valério (2013, p. 38) isso assegurava a expansão da presença da igreja em áreas estratégicas, como o sistema de ensino, a produção cultural etc.” Dessa forma, ao inscreverem suas teses na conferência, estariam de algum modo buscando ampliar a discussão, reunindo um grande público para suas causas.

Analisando as 112 teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação na busca por palavras ou expressões que fizessem alusão à religião, pelo menos 20 apresentam abertamente a questão moral como baliza para a efetivação de uma educação transformadora.

Na 1ª tese, escrita por Belisário Penna, sócio da ABE, o autor diz, entre outras questões, que a “irreligiosidade” é um dos graves perigosos para a população e para a educação moderna.

Lindolpho Xavier, em sua tese sobre as necessidades da pedagogia moderna, diz que a missão da pedagogia é “desenvolver a fraternidade de o altruísmo”, promovendo “o homem sinérgico, mais simpático, mais enérgico, mais sábio, mais simples, mais prático, mais providente, mais fraternal, mais republicano, mais religioso.”(I CNE, 1927, p. 66) e o para isso, é preciso ensinar as heranças do passado, entre elas, segundo o autor da quinta tese, a mais alta de todas: a herança religiosa.

Esta é a mais alta de todas; envolve, por isso, responsabilidades. É o coroamento da moral, é a cúpula do edifício. Por meio desta disciplina vamos estabelecer o policiamento das atividades. Pelos seus eflúvios, ela esparge bênçãos e bondade nos homens; consola, purifica e sublima o entendimento. O mestre deverá mostrar como a religião está inerente nos povos, quer seja no selvagem, sob a forma do fetichismo, quer nos civilizados, sob a aparência do politeísmo e, depois, do monoteísmo, quer, finalmente, na razão científica, primeiro sob a forma metafísica, depois, positiva. [...] Nas escolas laicas, tanto privadas como do Estado, é costume adstringir-se o ensino às ciências e deixar-se a formação do espírito religioso às famílias e ao sacerdote. De qualquer forma, porém, que se encare o problema, persiste o encargo da transmissão dessa herança sublime que nenhum povo pode dispensar. Neste momento, todas as vozes autorizadas estão batendo o alarma da irreligiosidade. Os pontífices das igrejas estão vigilantes, conclamando, em encíclicas e orações, o povo a arremeter-se sob a bandeira de uma crença. O que há é a incredulidade disfarçada em ceticismo. (I CNE, 1927, p. 66).

Para Xavier, somente “a verdadeira Pedagogia ensinará os meios práticos de vencer na vida: pela preparação técnica, pela educação da vontade, pelo saneamento do corpo e do espírito; pelo estudo do meio físico e moral. (p. 71). Moral esta que estava diretamente ligada à questão religiosa.

Na 10ª tese, escrita por João Arruda, o proponente ressalta a falta do ensino religioso, o qual ficava a cargo da família, e questiona qual seria essa formação moral. Segundo Arruda,

Cumprir dar a maior atenção à educação moral e cívica, tão descuidada ultimamente. Acabou-se com o ensino religioso em que predominava, é certo, o estudo dos deveres do homem para com Deus, mas em que também se dava importância às relações com o próximo. Hoje a Moral foi mesmo banida dos exames oficiais, e os seus adversários dizem que fica aos cuidados da família. Mas que família?... Quem a educa para que ela possa educar os que amanhã serão cidadãos? (I CNE, 1927, p. 103).

Já Rachel Prado, na 11ª tese, discorre sobre as formas de se educar para o futuro, e ao se referir sobre a religião na escola, relata que,

Na nossa Constituição não há religião oficializada, e sim, inteira liberdade de crenças; e é bem possível que o professor depare com alunos de várias crenças ou seitas. E, então, o que deverá fazer? Estudar religiões comparadas, para, em caso de arguição dos alunos, dar noções de todas em geral e de cada uma em particular. Em matéria de religião ele terá de ser eclético e ensinará aos alunos esta grande verdade! Todas as religiões são boas, porque todas ensinam o bem, a perfeição, a bondade como virtudes que nos conduzirão ao seio do Criador. (I CNE, 1927, p. 105).

Ou seja, o discurso religioso, mesmo que não somente o catolicismo, seria um caminho para a uma educação moral e virtuosa.

A tese 27, apresentada por Amélia de Rezende Martins, traz a questão religiosa como elemento principal de seu discurso, para a autora, “À Igreja compete essa parte da moral individual, que deve influir na coletividade. É a Igreja que deve trabalhar nesse sentido...” (I CNE, 1927, p. 155). Somente a moral e a virtude levariam a prosperidade de um povo. A autora termina seu discurso proclamando,

sou tão-somente uma mulher cristã, e é com esse título e com o direito que assiste a quem deu muitos filhos ao Brasil que vos suplico, meus senhores, que não arranqueis do coração das nossas crianças o nome de Deus!... Com ele arrancareis toda a boa semente; sem Deus, só urzes conseguireis semear. (I CNE, 1927, p. 157).

A 28ª tese, apresentada por Segismundo Netto, ressalta que a educação popular é um meio de transformação de vida, e que a imagem da pátria deve ser alicerçada na fé. Para

Helvécio de Andrade, na 35^a, a educação deveria imprimir “na alma da criança os primeiros princípios morais e econômicos, de atenção dos fatos da vida, de amor e gosto ao trabalho, as primeiras noções do dever para com Deus, com a Pátria e com os semelhantes.” (I CNE, 1927, p. 197).

Sem citar especificamente a moral católica, a tese 54, de Manoel Pedro de Macedo diz que o cidadão

educado no caminho do bem e do justo, ele será um pai exemplar, um marido estimado pela esposa e um cidadão correto que eleva a sociedade e lhe aumenta o patriotismo moral, que é solidez e união de potencialidades. Até com pouca instrução, mas com uma dose forte de moralidade, o homem, afastando-se do mal, constitui um baluarte contra o vício, contra o roubo, contra o crime, contra a falsificação e contra a mentira. (I CNE, 1927, p. 320).

De modo geral, as teses apresentadas na I CNE trazem em seu interior o discurso que veicula moral e religião, mesmo que revestidas por outros temas e proposições. Porém, a 69^a tese, intitulada “A Unidade Nacional pela Cultura Moral: A Educação Religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância”, explicita já em seu título essa questão. Proposta por Roberto de Almeida Cunha, dizia ele que, “ao Estado cabe orientar o ensino religioso, se quer preencher o seu papel de educador. O ensino leigo é uma solução claudicante, astutamente preferida por legisladores incapazes de encarar de frente o problema que lhes barra o caminho.” (I CNE, 1927, p. 408).

Considerações Finais

Apesar de todas as mudanças ocorridas no ensino brasileiro, e mesmo com o curto período de em que vigorou a plena laicidade da escola pública, a Igreja Católica mostrou-se resistente e articulou meios para que efetivar sua permanência no campo educacional.

Esta articulação veio a surtir efeito e garantiu o retorno do Ensino Religioso à rede pública nacional, em 1931, através do Decreto nº 19.941 de Getúlio Vargas. Assim como no texto constitucional de 1934 e nas Constituições posteriores, ainda que com a ressalva da matrícula facultativa. (OLIVEIRA, 2008).

Ao analisar as teses da I CNE, é possível perceber a forte presença dessa articulação e dos caminhos percorridos para a efetivação de seus ideais. A linguagem praticada pelos intelectuais combinou termos próprios dos discursos religioso, científico e profissional que, articulados, produziram retóricas voltadas à defesa de um projeto político para o país. Mais do que apenas pensar a questão moral para a cidadania, o discurso voltava-se para uma base religiosa que precisava se fundar na aceitação do “bem” e do “correto” como só tendo um caminho a seguir, o da religião, e principalmente o do catolicismo.

A ênfase na importância da religião como fundamento para a moral e a cidadania ressaltou a sua visão particular sobre a sociedade e o papel que a fé desempenharia na construção de um Brasil idealizado.

As teses da I CNE, portanto, não apenas refletiram as preocupações morais e políticas da época, mas também demonstraram a habilidade dos intelectuais em articular discursos multifacetados para promover suas ideias e influenciar o rumo do país. Essa análise nos permite compreender melhor o contexto histórico e intelectual que deu origem a esses discursos e sua influência duradoura na sociedade brasileira.

6. Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Estatuto da Associação Brasileira de Educação, Arquivo Carmem Jordão, Rio de Janeiro, 1924/1925.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Anais da Primeira Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro: ABE, 1927.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. Atas do Conselho Diretor. 1927

CARVALHO, L R. A educação brasileira e a sua periodização. Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. Primeiro Seminário de Estudos Brasileiros. Introdução ao estudo da história da educação brasileira, Instituto de Estudos Brasileiro (IEB-USP), São Paulo, 13 a 25 de setembro de 1971, mimeo. Republicado em: **Revista Brasileira de História da Educação** n°2, jul./dez. 2001, pp. 137-152. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38745/20275>. Acesso em 12 jul 2022.

CARVALHO, M. M. C. de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 505 p.

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a república e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FISCHMANN, R. (org.). **Ensino religioso em escolas públicas** - Impactos sobre o Estado laico. São Paulo: FAFE/ FEUSP/ PROSARE/MacArthur Foundation, Factash, 2008.

HOELLER, S. A. de O. **As Conferências Educacionais: projetos para a nação e modernização pedagógica nos anos de 1920** – Brasil. 2014. 480 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: Del Priore, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo, Editora Contexto, 2004, pp.443-481.

OLIVEIRA, R. P. O Ensino religioso na escola pública nas duas primeiras Constituintes republicanas: polêmicas em torno de sua regulamentação. In: FISCHMANN, R. (org.). **Ensino religioso em escolas públicas** - Impactos sobre o Estado laico. São Paulo: FAFE/ FEUSP/ PROSARE/MacArthur Foundation, Factash, 2008.

VALERIO, T. F. **Associação Brasileira de Educação: as Conferências Nacionais de Educação como estratégias de intervenção da intelectualidade abeana na política educacional do ensino secundário no Brasil (1928–1942)**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VIEIRA, C. E. Associação Brasileira de Educação: relações entre Estado e sociedade civil no contexto do IX Congresso Brasileiro de Educação (Rio de Janeiro - 1945). In: VIEIRA, Carlos Eduardo; OSINSKI, Dulce Regina Baggio; GONDRA, José. (Org.). **História Intelectual e Educação: Reformas Educacionais, Estado e Sociedade Civil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, v. 1, 111-136.